



Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT  
Secretaria Municipal de Planejamento e Governo

## JUSTIFICATIVA DE EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Processo Licitatório n.º 04/2026

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para realizar a reforma da quadra José de Deus (copa 70), com fornecimento de material e mão de obra qualificada.

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:** Aguinaldo Nunes Barbosa - Secretário Geral e Coordenador Administrativo

Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 apresento abaixo a justificativa técnica para as exigências de habilitação que deverão ser inseridas no edital.

### 1. INTRODUÇÃO – DO OBJETO DA ANÁLISE

A exigência de qualificação econômico-financeira visa assegurar que os licitantes possuam capacidade financeira mínima para suportar os encargos decorrentes da execução contratual, minimizando riscos de inadimplemento, paralisação ou má execução do objeto. Para tanto, foram observadas as disposições do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, as práticas consolidadas pela jurisprudência do TCU e os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e vinculação ao risco e complexidade da contratação.

### 2. DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

#### A) Certidão Negativa de Falência – Art. 69, III da Lei nº 14.133/2021

**JUSTIFICATIVA:** A apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial é requisito legal expresso no art. 69, inciso III, sendo essencial para verificar a higidez da empresa no momento da contratação. A possibilidade de participação de empresas em recuperação judicial está condicionada à apresentação de plano homologado e certidão do juízo competente, demonstrando a aptidão econômica e jurídica para assumir novos compromissos.

#### B) Demonstrações Contábeis dos Dois Últimos Exercícios – Art. 69, I da Lei nº 14.133/2021

**JUSTIFICATIVA:** A exigência de demonstrações contábeis assinadas por contador, acompanhadas dos termos de abertura e encerramento, visa garantir a confiabilidade das informações financeiras da empresa. A apresentação de dois exercícios sociais, embora superior ao mínimo legal (um exercício), é justificada em razão do risco contratual e da necessidade de avaliar a estabilidade financeira do licitante ao longo do tempo.



Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT  
Secretaria Municipal de Planejamento e Governo

**C) Apresentação de Índices Contábeis – Art. 69, II da Lei nº 14.133/2021**

**JUSTIFICATIVA:** A exigência dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, todos com parâmetros mínimos, busca aferir a capacidade de pagamento e solvência da empresa. Os valores fixados ( $\geq 1,00$  para LG e LC;  $\leq 1,00$  para SG) são considerados razoáveis e proporcionais ao porte e à criticidade da contratação, conforme jurisprudência consolidada do TCU.

**D) Patrimônio Líquido Mínimo – Art. 69, IV da Lei nº 14.133/2021**

**JUSTIFICATIVA:** A exigência de patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado da contratação encontra respaldo no art. 69, inciso IV. A fixação desse percentual visa garantir que a empresa disponha de estrutura financeira mínima compatível com o objeto, sem comprometer sua capacidade de execução contratual.

**3. CONCLUSÃO**

As exigências de qualificação econômico-financeira apresentadas neste documento foram fundamentadas nos incisos I a IV do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021 e orientadas por critérios técnicos e jurídicos proporcionais ao risco, valor e complexidade do objeto. Todas as exigências visam assegurar a execução regular do contrato, evitar inadimplência e proteger o interesse público.

Dessa forma, conclui-se que as exigências aqui justificadas são legais, razoáveis, motivadas e indispensáveis à seleção de proponentes que reúnam efetivas condições técnicas para a Contratação de empresa especializada para realizar a reforma da quadra José de Deus (copa 70), com fornecimento de material e mão de obra qualificada, objeto do presente certame.

Pedra Preta MT, 28 de janeiro de 2026.

**Aguinaldo Nunes Barbosa**  
Secretário Geral e Coordenador Administrativo  
Portaria nº 120/2021